



CEAS/PR
CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS/PR
Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC
Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 5º Andar Bloco 'C' -
Palácio das Araucárias
CEP 80530-915
Curitiba - Paraná

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR

ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA CEAS/PR – 07/12/2012

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de 2012, no 7º andar da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social -SEDS, situada à rua Jacy Loureiro Campos s/nº – Palácio das Araucárias – Centro Cívico, em Curitiba – Paraná, reuniram-se os componentes do **Conselho Estadual da Assistência Social – CEAS/PR**, para mais uma Assembleia Ordinária, dessa vez a última do ano. A primeira convocação se deu às 8h30 minutos, tendo sido constada a ausência de quórum qualificado. Nova convocação foi levada a efeito às 9h12 minutos e a Assembleia foi formalmente iniciada, através da saudação da Conselheira **Vice-Presidente Inês Roseli Tonello**. Previamente convocados, fizeram-se presentes: • **Conselheiros Governamentais:** - Aparecida Fernandes de Oliveira (**APAE**), Vanderley Augusto da Silva (**Pastoral da Criança**), Daiana Sprada (Ação Social do Paraná -ASP), Inês Roseli Soares Tonello (**APAE**), Tiago de Mattos (**CRAS de Goixim**), Plínio Marcondes Madureira (**APAE**), Carolina Marconi Warling (**CRESS 11º Região**), Ataíse de Lima Volas Boas Maronese (**NUCRESS**), Gislaíne Aparecida da Silva (**CRESS 11ª Região**), Adriana Cristina de Lima (**CRESS 11ª Região**), Artur dos Santos Andrade (**NASA**). **Conselheiros Governamentais:** Márcia Tavares dos Santos (**SEDS**), Moises Moura Saura (**PGE**), Edite Terezinha da Rocha (**SEAB**), Sandra Regina Costa (**SETI**), Delvana Oliveira (**SEED**), Eunícia Aparecida Lohn (**SEJU**), Dulce Maria Darolt (**SEJU**), Evandra Suzane Bazzo (**SEPL**), Marli Aparecida Batista Vaz Mussolini (**SETS**), Almari Neves Aguiar (**COHAPAR**), Mara Cristina Ferreira (**SEDS**), Leticia Reis (**SEDS**), Nircélio Zarbot (**SEDS**), Gladys Tortatto (**SEDS**), Mariluz Zanin Petry (**SEDS**), Marcela Evangelista (**SEDS**), Cidete Maria Chiapetti Casaril (**SESA**). • **Convidados/Colaboradores/Ouvintes:** Pedro Braga Carneiro (**SEDS**), Renata M. Dos Santos (**CGS/SEDS**), Marilene T. Moller (**CGS/SEDS**), Rosely Lemos Schimmermann (**CGS/SEDS**), Daniele S. Silva (**CGS/SEDS**), Lucília (**CPSE/SEDS**) e Maria Isabel (**Representante do Ministério Público**). Já de início na direção dos trabalhos, a Vice-Presidente justificou a ausência da Presidente Ana Maria Macedo, vítima de uma queda, com posterior cirurgia no tornozelo. Na sequência, para que fosse possível haver paridade na Mesa Diretiva, convidou-se a Conselheira Governamental **Mara Ferreira**, Coordenadora de Proteção Social Especial (SEDS). • **Apreciação da pauta – Aprovada, sem inserções.** • **Apreciação da ata da Assembleia de novembro de 2012 – Aprovada sem divergências.** • **Informes da Secretaria Executiva – Helena Gimenez.** • 07/11/12 – Ofício nº 296/2012 CMAS Rio Negro - Referente ofício 336/CEAS informa alteração da inscrição. • 12/11/12 – SEAB – Solicita substituição de representantes. • 13/11/12 – Ofício Circular nº 64/2012 – CNAS – Preenchimento do Censo Suas/Conselhos 2012. • 29/11/12 – A Conselheira Rosângela da SEPL, encaminhou justificativa de ausência por motivo de viagem a trabalho. Ela informa que a suplente Evandra, estará presente nas reuniões. • 03/12/12 – A Conselheira Larissa encaminhou justificativa de ausência na reunião do dia 06/12 pois estará participando do I Encontro Nacional da Gestão Estadual do SUAS e informa que pretende estar presente na reunião plenária, o que dependerá do horário do voo de retorna para Curitiba. • 28/11/12 – A Conselheira Adriana informa que estará presente no I

46 Encontro Nacional de Gestão Estadual e por isso não poderá estar presente na reunião do dia 06/12. No
47 entanto, participará da reunião no dia 07/12. • 26/11/12 – A Conselheira Atáise encaminhou relatório da 2ª
48 reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS e sugere, como encaminhamento que as Comissões discutam
49 o novo texto da NOB/SUAS/2012. • Informou a todos, que a Central de Viagem encerra seus trabalhos no
50 dia 20/12; então, todos os recibos devem retornar para a SEC até o dia 15/02. Caso contrário não será
51 possível poderemos garantir os ressarcimentos. • Foi recomendado aos Conselheiros que apresentem todos
52 os comprovantes de passagens até o próximo dia **15 de dezembro**, para que se proceda o devido
53 ressarcimento, evitando contratemplos. • No dia 04/12, a Conselheira Gislaine encaminhou justificativa de
54 ausência na reunião do dia 06/12, por conta da sua participação na defesa das bancas de TCC na mesma
55 data, mas informou que estará presente no dia 07/12. • No dia 06/12, a Conselheira Almari da COHAPAR
56 encaminhou justificativa de ausência na reunião da Comissão por motivos de trabalho, ainda informou que
57 estará presente na reunião do dia 07/12. A pedido da **Presidente Ana Maria Macedo** (ausente), a servidora
58 Regina Amasiles R. Costa (da equipe da Secretaria Executiva) procedeu a leitura do conteúdo de uma carta
59 dirigida a todos os Conselheiros. Através desse documento, a Presidente de início justificou a sua ausência
60 nessa que seria a última reunião do CEAS do ano, dizendo-se presente através da **palavra**. Segundo ela,
61 foram quase 6 meses de intenso trabalho, através de uma boa convivência, alegre e descontraída, mas
62 também com muita seriedade. Foi um ano de muita labuta e também de muitos bons resultados, com
63 gratificação e experiências diversas. Segundo a Presidente **Ana Maria Macedo**, alcançou-se um nível de
64 trabalho que justifica o texto constitucional. Deixou claro que a participação da Sociedade Civil é fundamental
65 para que as Políticas Públicas sejam executadas. A **Presidente Ana Maria Macedo** manifestou um especial
66 agradecimento à Vice-Presidente **Roseli Tonello**, com quem afirmou ter já tido o privilégio de conviver em
67 outros espaços, na verdade uma companheira divertida, inteligente e leal. Finalizou patenteando
68 agradecimentos à Secretária de Estado Fernanda Richa, pela confiança e disponibilidade para com esse
69 Conselho e também aos Grupos Setoriais que atenderam nas questões essenciais de infraestrutura. Concluiu
70 desejando a todos que as alegrias do Natal estejam presentes nos 365 dias do Novo Ano. Que a Paz, a
71 solidariedade, a harmonia e o amor façam parte do cotidiano de todos. A **Vice-Presidente Roseli** agradeceu
72 e solicitou que a ela fosse levada a intenção desse Conselho em estar junto, enviando energias positivas
73 para a sua completa recuperação. Aproveitando o momento em que a Assembleia se iniciava com expressivo
74 número de Conselheiros presentes, a Servidora da Secretaria Executiva Regina Amasiles Rodrigues Costa
75 procedeu a leitura de uma mensagem de Natal dirigida aos presentes, falando em nome dos componentes
76 desse setor que dá apoio aos Conselhos na SEDS. • **Relatórios das Comissões.** • **Comissão de**
77 **Financiamento e Gerenciamento do Fundo – Conselheira e Técnica Financeira:- Marcela/SEDS. 1.1–**
78 **Relato da Comissão de Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional:** Houve duas
79 reuniões no mês no período, nos dias 20/11 e 04/12. Em 20/11 – organizou um grupo de trabalho
80 responsável pela transferência dos 86 acolhidos do Lar Pequeno Aconchego para a Associação Pe. João
81 Ceconello. Em 04/12 – organização do calendário de reuniões para 2013, e foi apresentado o Plano de
82 Transferência pelo grupo. Foram relatadas as considerações do Lar Pequeno Aconchego referente a
83 Deliberação 067/12 CEAS, e solicitam alteração. A comissão considera que a interpretação da Deliberação,
84 pode dar dúvida informação e sugere uma errata. **PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER**
85 **CEAS: APROVADO. 1.2 – Transferência Fundo a Fundo aos municípios;** A técnica Marcela Divair Martins
86 Evangelista apresentou a minuta de Resolução/Portaria/Decreto da transferência fundo a fundo dos
87 municípios. **PARECER DA COMISSÃO: APROVADO, com sugestões. PARECER CEAS: APROVADO**
88 **POR UNANIMIDADE. 1.3 - Referendo do Conselho aos termos de aceite da 2º etapa de expansão para**
89 **Residências Inclusivas;** A Coordenadora da Proteção Social Especial, Mara Ferreira, apresentou a
90 Comissão os municípios que foram contemplados com a expansão do Programa Viver sem Limites, 2º etapa

91 2012, são eles de Curitiba (06), Foz do Iguaçu (01) e Toledo (01), no total de 08 Residências Inclusivas,
92 sendo necessária a contrapartida estadual de 50% do valor repassado pelo MDS, totalizando R\$ 5.000,00
93 para cada Residência. O recurso a ser utilizado para implantação das Residências será da Fonte 257 –
94 Detran, totalizando R\$ 560.000,00 para o exercício de 2013. A Coordenadora solicita ainda que o Conselho
95 aprove “Ad Referendum” os projetos dos municípios em Fevereiro/2013, mas que os processos possam
96 tramitar já no mês de janeiro/2013. **PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER CEAS:**
97 **APROVADO. 1.4 – Acolhimento Institucional – Instituição Pe. João Ceconello.** Foi apresentado o Plano
98 de Intervenção e Reordenamento do atendimento em Assistência Social e Saúde para Pessoas com
99 Transtorno Mental e Deficiência. A Comissão contribuiu com algumas considerações. **PARECER DA**
100 **COMISSÃO: APROVADO. PARECER CEAS: APROVADO. 1.5 – Projeto Bem Estar da Pessoa com**
101 **Deficiência – Pequeno Cotelengo do Pr.** A Coordenadora da Proteção Social Especial, Mara Ferreira,
102 apresentou o projeto da entidade Pequeno Cotelengo do Paraná no valor de R\$ 232.382,40, cujo objeto é a
103 Qualidade do atendimento a 230 pessoas com deficiências em situação de risco, vulnerabilidade social e
104 abandono familiar. **PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER CEAS: APROVADO. 1.6 –**
105 **Balancete FEAS referente ao mês de Novembro/2012.** A técnica Marcela Divair Martins Evangelista
106 apresentou os Balancetes de Novembro/2012 do FEAS. **PARECER DA COMISSÃO: CIENTE. PARECER**
107 **CEAS: APROVADO. • Balancete do FEAS, referente a novembro/2012. • IGD – SUAS- BALANCETE. •**
108 **Proposta de transferências Fundo a Fundo aos Municípios (enviado aos Conselheiros por e-mail). •**
109 Anunciada pela **Vice-Presidente Roseli**, a presença da Dra. Márcia Tavares dos Santos, representante da
110 Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, Presidente do Conselho Estadual dos
111 Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR e suplente da conselheira Ana Maria Macedo. Na
112 sequência, a **técnica Marcela Evangelista** apresentou aos Conselheiros as quatro planilhas que constituem
113 o balancete do FEAS, referente ao **mês de novembro/2012**, para análise, acompanhamento e verificação
114 dos respectivos saldos financeiros. Compartilhando as informações, a **técnica da SEDS Marcela** baseando-
115 se na Lei Estadual que regulamenta a transferência de recursos para os Fundos Municipais, citou a
116 elaboração de uma Resolução pela SEDS, visando formalizar essa ação baseada em critérios de priorização.
117 Num primeiro momento serão beneficiados 86 municípios de pequenos porte 1, cujos repasses deverão
118 ocorrer a partir do 2º semestre de 2013. Já para os demais, planeja-se uma outra leva para 2015,
119 beneficiando Municípios de médio e grande porte, na dependência dos recursos do Fundo Estadual. Na
120 sequência da leitura abordou-se o Art. 5º dessa Resolução, onde fica criado o incentivo ao **Programa Família**
121 **Paranaense**, cujas informações foram esclarecidas pela Coordenadora Letícia Reis (SEDS). A técnica
122 dirigiu-se ao plenário, informando que tal assunto foi muito discutido no seu grupo de trabalho, definindo-se
123 pela criação de um piso. Considerando que toda essa dinâmica de acompanhamento fornece garantias
124 mínimas para o bom funcionamento do Programa, mas também trouxe uma responsabilidade muito grande
125 de controle lá na ponta, pensou-se assim num incentivo. Tal medida atrativa poderia ser utilizada para o
126 fomento de ações de PSB e PSE, pelos Municípios que cumprissem as metas e desenvolvessem um efetivo
127 monitoramento. Na tentativa de esclarecer a sua dúvida, a **Conselheira Daiana** externou que todos se
128 defrontam com um processo piloto, sendo assim, questionou o fato de ficar atrelado a uma Resolução que
129 tem prazo de vigência não seria prejudicial ? Por sua vez, a **Coordenadora Letícia Reis** apelou para a
130 assessoria jurídica do **Dr. Moisés Saura (SEDS)**. Garantiu ele que o instrumento a ser elaborado será mais
131 simples, (Portaria ou Resolução) o que é mais duradouro mesmo é a Lei e essa certamente não trará
132 empecilhos. Diante das posições expostas, a **Vice-Presidente Roseli** veio a lembrar de uma colocação
133 realçada durante os trabalhos da Comissão:- seria importante que tal incentivo fosse mais detalhado,
134 evitando possíveis interpretações. Interpretou a Coordenadora Letícia Reis, que o incentivo poderá ser
135 utilizado na mesma lógica do piso:- o gestor poderá optar se deseja investir mais no CREAS ou mesmo em

136 outra ação, dependendo do diagnóstico que se tem. Já a **Conselheira Sandra** expôs que cada um é
137 estimulado por algo e na verdade esse termo está em aberto. Sugeriu a elaboração de um texto que talvez
138 pudesse contemplar o que foi discutido na Comissão. Diversas sugestões foram ouvidas a respeito e
139 segundo a Coordenadora Letícia Reis, essa lacuna acontecerá no ano que vem. Avaliou a **Coordenadora**
140 **Mara** ser necessário fechar o que constará no Art. 5º, pois caso contrário surgirão dificuldades para a
141 implementação desse objetivo. A **Conselheira Ataíse** deu a sugestão de utilizar a expressão “Incentivo
142 financeiro à gestão do Programa Família Paranaense”. Entre outras colocações, a técnica **Marcela**
143 **Evangelista** lembrou que deverá constar:- esse incentivo irá atender os critérios já pactuados e deliberados
144 pelo Conselho. Uma vez que dois advogados se faziam presentes no plenário, a **Conselheira Sandra** propôs
145 que um texto fosse elaborado no Núcleo Jurídico, com sequente retorno para o CEAS. Os demais artigos do
146 documento foram avaliados pelos Conselheiros e submetidos às modificações necessárias. A proposta final
147 apontou que o texto fosse aprovado como está e seria aguardado o retorno do olhar jurídico, para uma
148 decisão. Nessa condição, a Conselheira Vice-Presidente **Roseli Tonello** anuiu que a leitura prosseguisse
149 com a abordagem do item referente a periodicidade do repasse dos recursos (**Art. 6º**) e as possíveis
150 adequações. • Revistos os **Art. 7º e 8º** (situações de calamidade pública/ reconhecidas pela Defesa Civil do
151 Estado do Paraná. • **Art. 9º** – (repasse de recursos pontuais para a construção de CRAS e CREAS). • **Art.**
152 **10º** – Da execução. • **Art. 11º** - • **Art. 12 e 13º** – despesas de custeio. • Demais itens foram devidamente
153 avaliados (cestas básicas, aluguel de imóvel) – retirado esse item. • **Em votação: 1ª proposta –**
154 **Manutenção dos critérios para a escolha e uso como a Comissão colocou – 1 voto. - 2ª proposta –**
155 **Retira-se a questão do aluguel de imóveis e a consequente explicação – 20 votos. • Capítulo 5 – Da**
156 **prestação de Contas (Marcela).** • Encerradas as discussões no **Art. 23.** • Nesse momento, a **Conselheira**
157 **Vice-Presidente Roseli Tonello** cumprimentou os integrantes da Comissão do Fundo bem como os técnicos
158 da SEDS pelo trabalho desenvolvido, dúvidas diluídas e sugestões trabalhadas, para que se chegasse a bom
159 termo. • **Em votação – aprovada por unanimidade a minuta do documento exposto em tela (aplausos).**
160 • **Plano de referência de intervenção e reordenamento do atendimento em Assistência Social e Saúde,**
161 **para pessoas com transtorno mental e deficiências – apresentação:- Coordenadora Mara Ferreira –**
162 **(PSE/SEDS).** - 86 pessoas transferidas do Lar Pequeno Aconchego para a Associação João Ceconello,
163 através de um contrato emergencial (SEDS/SESA) – **Cronograma/ fases – Transferência planejada.** •
164 **Fase I – Diagnóstico situacional – Coleta de dados. • Fase II – Análise de coleta de dados - do Estudo**
165 **Social – da atenção integral à saúde e Parte II – elenco de indicadores, visando trocar o perfil. • Fase III –**
166 **acompanhamento técnico. • Aprovado o relatório geral da Comissão. • Relato da Comissão de**
167 **Documentação e Rede Socioassistencial – Relatora:- Conselheira Eunícia. Item 3.1 – Refente a**
168 **orientação do Conselho Estadual de Saúde sobre o acompanhamento às Casas de Apoio:** A Sra. Irene
169 do Conselho Estadual de Saúde, esteve presente nos trabalhos da Comissão embasando essa discussão.
170 **Parecer da Comissão:** A Comissão solicita o envio de ofício ao Conselho Estadual de Saúde, solicitando
171 maiores esclarecimentos se as casas de apoio devem ser custeadas em integrar o sistema SUS, com cópia
172 do ofício 184/2012 do CMAS de Londrina para subsidiar a discussão CES em torno desse questionamento.
173 **Parecer do CEAS: APROVADO. Item 3.2 – Nota Técnica sobre inscrição de Comunidades Terapêuticas**
174 **nos CMAS:** Contamos com a presença do Dr. Carlos Peixoto/coordenador Anti Drogas que nos esclareceu a
175 realidade dessa temática e informou sobre a existência da RDC 29 (Resolução do Ministério da Saúde), que
176 orienta sobre o funcionamento de instituições que prestam serviços de atenção a pessoas com transtornos
177 decorrentes do uso, abuso ou dependentes de substâncias psicoativas. O parecer da Comissão é de que a
178 Secretaria Executiva elabore Nota Técnica, com as seguintes informações: o CMAS não cadastra a Entidade
179 Residências Terapêuticas); porém, se estas desenvolvem algum serviço previsto na tipificação pode ser
180 inscrito. Salientamos que os CMAS oriente as entidades a buscar maiores esclarecimentos referente a

181 inscrição junto aos Conselhos Municipais sobre drogas e nas ausências destes, a Coordenadoria estadual
182 sobre drogas ou Secretaria Nacional, a qual dispõe do Edital de chamamento Público nº01/2012 do Ministério
183 da Justiça. **Parecer da Comissão: APROVADO. Parecer do CEAS: APROVADO. Item 3.3 – Ofício CMAS**
184 **de Foz do Iguaçu:** Foi realizada visita em cumprimento ao ofício nº086/2012 CEAS, para averiguar
185 possibilidade de adequação da Fundação Nosso Lar, a qual teve sua inscrição indeferida pelo CMAS de Foz
186 do Iguaçu. A Comissão foi composta por indicação do CEAS, com representantes do CMAS Escritório
187 Regional, e conselheiro Estadual Artur dos Santos Andrade concluiu pela concessão de prazo (30/04/2013) à
188 Entidade para as adequações necessárias. **Parecer da Comissão:** Diante disso, a inscrição da Fundação
189 deve ser mantida até o escoamento do prazo ou realização das adequações, com base no artigo 20,
190 parágrafo único da Resolução CNAS nº016/2010. Ciência e decisão pela manutenção da inscrição da
191 fundação, nos termos acima mencionados. **Parecer do CEAS: APROVADO. 3.4 Dúvidas do CMAS de**
192 **Mandaguari:** Recebemos relato do CMAS de Mandaguari que estaria havendo divergências com a prefeitura
193 municipal quanto ao papel do CMAS, na fiscalização de contas das Entidades. Diante disso, formula duas
194 perguntas, as quais entendemos que para as respostas é necessário melhor análise da Assessoria Jurídica.
195 **Parecer da Comissão:** Solicitar análise da Assessoria Jurídica da SEDS. **Parecer do CEAS: APROVADO**
196 com a inclusão da análise da Coordenação da Gestão do SUAS da SEDS e encaminhamento das análises
197 pela SEC ao Conselho Municipal com cópia para o Escritório Regional. **Item 3.5 – Inclusão de Pauta: Ofício**
198 **nº100/2012 do CMAS de São José dos Pinhais:** O município solicita indicação de especialista ou entidade
199 com domínio acerca da política de assistência social, para Assessoria e reformulação da lei de criação do
200 CMAS. **Parecer da Comissão:** Informamos que a Minuta Orientadora está em fase de finalização no CEAS
201 e será encaminhada aos Conselhos Municipais. **Parecer do CEAS: APROVADO** com orientação para que a
202 SEC desse Conselho encaminhe ofício a SEDS/ER Curitiba para acompanhamento e orientação desse
203 contexto. • **Aprovado o relatório como um todo. Aprovado o relatório. • Intervalo para o almoço.**
204 Retomada dos trabalhos às 14h00. Já iniciando o período da tarde, a Secretária Executiva Helena solicitou a
205 atenção dos Conselheiros para procederem levantamento nos extratos referentes ao ressarcimento das suas
206 passagens, com urgente devolução dessas informações até o dia 12/12/12. Tal solicitação prende-se ao fato
207 de terem ocorrido alguns contratempos nesses pagamentos. Na sequência do assunto, a **Conselheira**
208 **Ataíse** deixou claro o impasse que vem enfrentando pois desde o mês de setembro não vem recebendo seus
209 valores, fato esse já comunicado à Secretaria Executiva através do servidor Willian, sem ter obtido o devido
210 retorno. **Helena Navaro Gimenez** lembrou ainda a necessidade de confirmar a presença dos Conselheiros
211 nas Assembleias com a devida antecedência, pelo menos com 4 dias, bem como as desistências em 48
212 horas, isso porque a SEDS firmou um contrato com o Hotel Condor que deve ser respeitado, além de se
213 enfrentar constantes lotações. • **Relatos das Comissões. • Comissão de Comunicação, Articulação e**
214 **Mobilização – Relatora: - Conselheira Daiana. Item 2.1 – Plano Estadual de Capacitação:**
215 **CAPACITASUAS.** Foi apresentado para a comissão o Programa CAPACITASUAS-MDS, informando que os
216 conteúdos foram liberados pelo MDS. Em 2013 será executado o curso de introdução “Provimento dos
217 Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS e a implementação de ações do Plano Brasil sem Miséria
218 e voltados aos trabalhadores de nível superior dos serviços socioassistenciais, bem como o curso Gestão
219 Financeira e Orçamentaria do SUAS voltado aos trabalhadores de nível superior que atuam na gestão
220 municipal e estadual de Assistência Social. Foram abordados os critérios de distribuição das 2030 vagas. Foi
221 pactuado conforme tabela em anexo. **Parecer da Comissão:** Aprovado com as alterações solicitadas. **Parecer**
222 **da Plenária:** Aprovado. **Item 2.2 – Justificativas de ausência dos inscritos na capacitação sobre**
223 **Controle Social.** A comissão leu os ofícios e sistematizou as justificativas. Sendo que a maioria das
224 justificativas são de compromissos de trabalho, seguido de motivos de saúde, motivos pessoais, mudança de
225 cargo/cidade, a localidade no sistema é referente a cidade de residência e não de trabalho, não possuíam

informação de data, local e horário do curso . Foram solicitadas 417 justificativas de ausência e destes 181 justificaram e 236 não justificaram. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer da Plenária:** Ciente. **Item 2.3 - Plano Estadual de Assistência Social:** A equipe das SEDS apresentou o formato em que o plano foi construído, informou que para 2013 este será desdobrado nas 23 regionais, em todos os anos durante a sua vigência será atualizado e que foi construído com base nos documentos PPA, LDO e deliberações da Conferência. O plano será apresentado para a plenária. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer da Plenária:** Ciente. No decorrer da reunião houve a participação dos funcionários da comunicação da SEDS solicitando maiores informações a respeito da campanha de divulgação da escolha de número das placas dos veículos a ser realizado junto aos despachantes e concessionárias de veículos. A equipe se comprometeu a apresentar proposta para a comissão na reunião do dia 04/02/2013. A assessoria de comunicação solicitou informações sobre a dotação orçamentária disponível para a ação. **Parecer da Comissão:** Verificar com a plenária se há disponibilidade orçamentária e a abrangência da campanha. **Parecer da Plenária:** Solicitar que o grupo financeiro da SEDS entre em contato com o setor de comunicação para informar a dotação orçamentaria disponível a campanha. A SEC deve oficial a comunicação da SEDS sobre o objetivo da campanha solicitando vários orçamentos e data da próxima reunião. Fica constituído GT para acompanhar a elaboração da campanha e realizar as devidas articulações: Conselheira Marly, Daiana, Sandra e Larissa. – Participação do técnico Pedro (SEDS), explanando sobre o Programa Capacita SUAS – MDS (40 horas) e a distribuição de vagas para esses dois cursos. • "Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS e a Implementação de Ações do Plano Brasil sem miséria" (público alvo: trabalhadores de nível superior que atuam nos serviços cofinanciados pelo MDS). • " Curso de atualização – Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS (direcionado aos trabalhadores de nível superior ou médio que atuam na gestão municipal ou estadual). Os Conselheiros foram informados sobre a distribuição dessas 2030 vagas, de acordo com o porte dos Municípios. Em ambos os cursos, os servidores preferencialmente deverão ser efetivos. • **Aprovado por unanimidade o Plano Capacita SUAS** – com a explanação dos critérios distribuição dessas vagas. Nesse momento, a **Coordenadora Larissa Marsolik** solicitou que se registrasse em ata, que essa temática já constava nas pautas dessa Comissão, desde o início do ano passado. Sem acesso ao Plano de Aplicação do Governo Federal, o montante de recursos da ordem de R\$ 1.462.000,00 já se encontra no Fundo Estadual, sem ter sido utilizado pois realmente não foi possível fazê-lo. Assim, para o próximo ano esses cursos serão levados a efeito, justificando assim os futuros registros e deliberações. Entre os assuntos discutidos, abordou-se a possível dotação orçamentária, destinada à campanha a ser dirigida aos despachantes do Detran e concessionárias, divulgando a destinação dos recursos arrecadados com a escolha das placas de veículos. A técnica e **Conselheira Marcela Evangelista** esclareceu que após ser definido o tipo de campanha a ser deflagrada, será possível avaliar o custo aproximado. O setor de Comunicação da SEDS apresentará uma proposta ao CEAS já na Assembleia de 4 de fevereiro/2013. No andamento das falas, surgiu a sugestão do **Conselheiro Vanderlei**:- uma vez que não existe a compreensão de que tais recursos são destinados ao Fundo e não ao Provopar, promover uma mobilização de esclarecimento da Secretária de Estado e do CEAS junto ao Diretor Geral do DETRAN e suas Chefias no interior, pois dessa forma até um aumento nessa arrecadação poderia ocorrer. Segundo a **Vice-Presidente Roseli**, trata-se de uma tarefa a ser pautada. Já a **Conselheira Sandra** considerou que várias questões são discutidas nas diversas áreas das Políticas Institucionais – disse que não se deve fugir muito desse padrão das Campanhas Espalhe Calor e da Vacinação. Orientar a população é o melhor caminho! Apontando os caminhos, a **Coordenadora Larissa** colocou que a Comunicação Social poderá elaborar um projeto, a partir das expectativas do CEAS acolhendo na Comissão as contribuições da plenária. Completou a **Conselheira Daiana**, apontando que um contato deverá ser providenciado com a Comunicação, estabelecendo primeiramente um teto de gastos, para que seja possível elaborar a proposta. Em cima dela, já se poderá

271 trabalhar com as contribuições surgidas. • **Aprovado o relatório como um todo.** • **Comissão de Políticas**
272 **Sociais – Relatora:- Conselheira Carolina. Item 4.2 –** Letícia Reis, Coordenadora do Programa Família
273 Paranaense, apresentou os formulários de coleta de dados junto aos comitês locais e municipais. Os comitês
274 já estão preenchendo os formulários, que deverão ser entregues até o dia 10 de dezembro de 2012, tendo
275 como objetivo caracterizar o andamento da implantação do programa ao longo de 2012 nos 30 municípios
276 prioritários. O resultado desse levantamento será apresentado ao CEAS em reunião futura. **Parecer da**
277 **Comissão:** A comissão ficou ciente e aguardará o resultado do levantamento. **Parecer do CEAS:** Ciente.
278 **Item 4.3 -** A Conselheira Letícia apresentou a minuta da Lei que cria o Programa Família Paranaense,
279 explicou sobre o processo de complementação e transferência Estadual de renda diretamente as famílias em
280 extrema pobreza que é também uma diretriz proposta pelo Programa Brasil sem Miséria. A complementação
281 será feita pelo Estado para todas as famílias que recebem o Bolsa Família e estão abaixo da linha de
282 pobreza. O benefício é variável para que a família atinja R\$70,00 per capita. Foi definido o teto mínimo de
283 R\$10,00 e R\$200,00 o teto máximo. Para a efetivação desta transferência é necessário que a ação seja
284 assegurada por lei. Por isso da construção da presente minuta. Destaca-se que a proposta ainda está em
285 análise na SEDS considerando as recentes alterações no Programa Brasil Carinhoso. **Parecer da**
286 **Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. **Item 4.4 –** A técnica Rosana, da PSB, apresentou as
287 contribuições da CIB no reordenamento dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. Os
288 membros da comissão apresentaram suas dúvidas e foram esclarecidas e a proposta foi aprovada pelos
289 presentes e os mesmos sugeriram de ser uma das propostas para a próxima Conferência Estadual. **Parecer**
290 **da Comissão:** Ciente. **Parecer da Plenária :** Ciente. • **Aprovado o relatório na íntegra.** • **Comissão de**
291 **Revisão do Regimento Interno – Relatora:- Conselheira Daiana.** Na sua explanação, a **Conselheira**
292 **Daiane** informou que nessa reunião, mediante ofício – convite, fizeram-se presentes integrantes do FOREAS
293 de Curitiba e Ponta Grossa. Conclui-se que inicialmente haveria a revisão da Lei, do próprio Regimento,
294 como também do processo eleitoral da Sociedade Civil. Discutiu-se o fato de que hoje conta-se com 23
295 Regionais, porém as cadeiras estão vinculadas as antigas 18 Regionais da Secretaria. Objetivando encontrar
296 um caminho, a Comissão trouxe a proposta de se trabalhar com cinco macro regionais. Em cada uma delas
297 os três segmentos seriam representados, permitindo uma maior abertura de participação. Em fevereiro de
298 2013, a Comissão revisará os artigos e o processo eleitoral, elaborando uma proposta de edital para a
299 eleição. A Conselheira enalteceu que com esse encaminhamento, a Comissão sugere que os Conselheiros
300 deverão promover a divulgação nas suas Regionais, do processo de análise e possíveis alterações na
301 eleição, para que ocorram contribuições, conscientes de que se trata de um processo de construção,
302 participativo e democrático. A pedido, a Secretária Executiva procedeu a leitura das 5 Macro regionais e sua
303 respectiva composição. Buscando sempre uma maior flexibilidade na participação, a Conselheira relatora
304 ainda expôs outros detalhes que pudessem esclarecer e evitar o engessamento já ocorrido no processo
305 eleitoral. Mesmo assim, a Conselheira Vice-Presidente Roseli informou não se considerar suficientemente
306 esclarecida sobre o assunto. Exercendo a sua função, a representante do Núcleo Jurídico (SEDS), **Dra.**
307 **Daniele Massignan Vieira**, pontuou que a Lei Eleitoral: determina as regras da eleição, a qual são
308 publicadas quando torna-se público o Regulamento da Conferência. Dessa forma, a Comissão deverá ter
309 essas regras prontas, a serem apresentadas em Assembleia Extraordinária, uma vez que após tal
310 publicação, nada mais poderá ser alterado. Foi lembrado pela **Conselheira Mariluz** que alguns cuidados
311 devem ser tomados, já que se vem de um processo antigo. Vale dizer também que os Fóruns Regionais, na
312 sua grande maioria, encontram-se desarticulados. Hoje existe uma grande preocupação:- quando se abre
313 muito, esse processo corre-se o risco de se ter Conselheiros sempre da mesma região e do mesmo
314 segmento. Ainda imersos em diversas discussões, a **Coordenadora Larissa** explanou ter participado do
315 Encontro Nacional de Gestores Estaduais, onde foi dito que o Paraná é o único Estado brasileiro que realiza

316 Conferências Regionais e a legitimidade de tais eventos é questionada pelo Governo Federal. Sugeriu
317 ampliar a presente discussão, reunindo Conselhos, a Sociedade Civil, e Escritórios Regionais trazendo uma
318 proposta mais refinada na Assembleia de fevereiro. A opinião geral foi transcrita no relatório final da
319 comissão, após inúmeros esclarecimentos fornecidos pelo **Conselheiro Plínio**. • **Comissão da Conferência**
320 **– Relatora:- Conselheira Atáise (Plínio e Helena)**. 1) O Facilitador da Comissão do Edital de Licitação da
321 SEDS, Mauro Vasco, fez o relato histórico sobre a constituição da Comissão, bem como suas atribuições e
322 cronograma de trabalho. Ele relatou sobre o processo de licitação que será realizado por lotes e todos os
323 pontos discutidos pela Comissão até o momento, como: Infraestrutura física; Recursos Humanos; transporte
324 e alimentação. Por fim, o facilitador ainda colocou sobre o último ponto “capitalização do evento”, a qual será
325 o registro dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão do Edital para ser utilizado por outros grupos, evento e
326 Conferências. Parecer da Plenária: **Ciente**. Constituição da Comissão – Atribuições – Cronograma de
327 Atividades – Licitações em blocos. Da parte da Secretária Executiva Helena surgiu a sugestão, de que os
328 Conselheiros deverão observar as principais dificuldades detectadas nas suas regiões, para que seja
329 possível melhor orientar os Municípios e CMAS. Na sequência, a **Vice-Presidente Roseli** informou que mais
330 uma vez a Comissão da Frente Parlamentar deixou de dar andamento nos seus trabalhos, tendo em vista
331 que a Deputada Marla Tureck estava envolvida com o processo eleitoral. A Secretaria Executiva deverá
332 officiar novamente, buscando resgatar os objetivos dessa Frente, através de uma reunião dessa parlamentar
333 com a Secretária Fernanda Richa. • **Plano Estadual de Assistência Social – PEAS**. Trata-se de um
334 instrumento de planejamento estratégico, para a consolidação do SUAS no Estado do Paraná. Para sua
335 elaboração, considerou-se o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O referido
336 documento foi construído pela equipe da SEDS e conta com 178 páginas. Nesse momento, a **Coordenadora**
337 **Larissa Marsolik** desejou registrar, que no evento realizado em João Pessoa, na Paraíba, participou de um
338 Grupo de Trabalho sobre Controle Social, do qual fazia parte também a Presidente do Conselho Nacional de
339 Assistência Social. Naquela oportunidade, a própria Presidente garantiu desconhecer um Estado ou
340 Conselho que de fato incorporassem as deliberações procedentes da Conferência Estadual. Com ênfase, foi
341 gratificante poder informar que no Paraná, é uma questão bastante óbvia. Essa incorporação, enquanto
342 instâncias deliberativas. A notícia foi dividida então com o grupo de Conselheiros. Na sequência, foi
343 apresentado um material ilustrativo em power point, abordando o PEAS como um todo. A **Vice-Presidente**
344 **Roseli** ao final colocou em apreciação o **Plano Estadual de Assistência Social**, sendo aprovado por
345 unanimidade. • **Informes Gerais. Comissão Intersetorial de Convivência Familiar e Comunitária –**
346 **Conselheira Daiane**. No seu papel, a relatora informou que essa Comissão esteve reunida e os pontos de
347 discussão basearam-se na prévia do Calendário para 2013 e a preparação e a preparação do Plano
348 Estadual, a ser apresentado ao CEAS. Informou-se que a reunião agendada para o dia 5 foi cancelada, tendo
349 em vista que a equipe técnica da SEDS encontra-se acompanhando o Seminário de enfrentamento à
350 violência. Já para o próximo ano, destaca-se a realização da Capacitação de Juizes e Promotores da área da
351 infância, em como aquela destinada às Instituições Sociais. • **Programa Família Paranaense –**
352 **Coordenadora Mara Ferreira**. Os Conselheiros foram informados que o MDS solicitou a realização de
353 monitoramento nos Municípios de Paranaguá e União da Vitória, a respeito das medidas socioeducativas em
354 meio aberto. Algumas situações inadequadas estão ocorrendo e que serão devidamente orientadas. •
355 **Acompanhamento e Assessoramento Técnico aos Centros POP do Estado**. Novamente o MDS indica
356 irregularidades detectadas na execução desses Serviços, que poderão ser sanadas mediante a organização
357 de planos de apoio. Os municípios que apresentaram alguma pendência foram:- Curitiba, Foz do Iguaçu,
358 Ponta Grossa, Maringá, Londrina, Cascavel e São José dos Pinhais. • **Capacitação para o enfrentamento**
359 **ao trabalho infantil**. A cargo da **Coordenadora Mara Ferreira**, informou-se que está sendo finalizada a
360 capacitação de três Macros, envolvendo cerca de 280 pessoas. Ao ser concluído, o relatório será apreciado

361 posteriormente pelo CEAS. Logo em seguida, a técnica Mara levou ao conhecimento do Conselho, o Plano
362 de Transferência elaborado para a retirada dos 86 acolhidos na entidade Pequeno Aconchego, contendo
363 todas as informações pertinentes as etapas e instrumentais que serão utilizados, plano já referendado na
364 Comissão Estadual Interinstitucional de Reordenamento do acolhimento Institucional. • **Programa BPC –**
365 **Trabalho – Conselheira Gladys.** 2º Encontro realizado em novembro, envolvendo nove Municípios; os
366 termos de aceite serão pactuados em 2013. • **Metas CRAS/2011 –** Atendimento ao contido no Ofício circular
367 nº18, proc4endete da Secretaria Nacional (prazos). • **Programa Família Paranaense – Coordenadora**
368 **Letícia Reis.** A título de informação, a técnica apontou ter estado presente no Encontro de Prefeitos,
369 realizado em Foz Iguaçu. Durante três dias, os novos Gestores foram orientados sobre as diversas Políticas
370 Públicas com as quais irão atuar. O Programa Família Paranaense foi explanado para cerca de 1000
371 pessoas, com dados adicionais ainda disponíveis no stand da SEDS, vale dizer um dos mais procurados. Foi
372 socializada a informação de que as negociações com o BID encontram-se na reta final, assim possivelmente
373 os recursos da ordem de 100, milhões de dólares poderão ser acessados até abril ou maio (áreas da
374 agricultura, trabalho, habitação). Já para o mês de janeiro/2013, haverá a contratação de 2 Consultores de
375 renome, objetivando abordar os temas intersetorialidade e acompanhamento familiar. Para a 2ª quinzena de
376 março planeja-se a expansão e largada para 100 Municípios, com evento a ser realizado provavelmente no
377 interior. O momento seguinte foi tomado pela fala da **Vice-Presidente Roseli Tonello**, referindo-se à sua
378 participação na 25ª Reunião do FONACEAS, onde se fez presente representando o CEAS/PR. Temas
379 extensos foram abordados e o documento final foi encaminhado à Presidência da República; num segundo
380 momento, o Regimento foi discutido, sofrendo uma expressiva revisão. Em plenário, definiu-se que todos os
381 Estados brasileiros deverão estar presentes nesses encontros, representados pelo Presidente ou vice dos
382 CEAS e na sua impossibilidade, um Conselheiro deverá ser indicado para essa tarefa. Na ausência dessas
383 três representações, a Secretária Executiva será indispensável. Referindo-se ao calendário de reuniões
384 estipulado para 2013, 4 Estados foram eleitos para sediar as Assembleias do FONACEAS:- Pernambuco,
385 Amapá, Pará e Paraná. A Vice-Presidente Roseli informou que preencherá o instrumento oficial do Conselho
386 e a Secretaria Executiva encaminhará para todos os Conselheiros. A última Assembleia do Ano encerrou-se
387 às 16:47 horas, com os agradecimentos de **Roseli Tonello** no desempenho da condução dos trabalhos. Com
388 a certeza da expressiva contribuição dada pelo CEAS/PR, a Conselheira desejou que todos os presentes
389 fossem abençoados com um Santo Natal e um feliz retorno ao seus lares. **Encerramento:** A Vice-Presidente
390 agradeceu a presença dos Conselheiros e demais convidados, encerrando a Assembleia Ordinária. A
391 presente ata foi gravada e redigida por Regina Amasiles Rodrigues Costa (SEDS), digitada e formatada por
392 Ana Paula Casagrande, sendo a Secretária Executiva Helena Navarro Gimenez.